

## **Privatização das políticas sociais, avanço do conservadorismo, desafios para o serviço social**

**Jeane Andréia Ferraz SILVA\***

 <https://orcid.org/0000-0001-8484-4611>

O tema desta edição da Revista Argumentum recoloca o debate sobre a privatização das políticas sociais, o avanço do conservadorismo e os desafios para o Serviço Social no contexto do Novo Arcabouço Fiscal (NAF), um marco na política econômica do primeiro ano do terceiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2023-2026) e de continuidade do ajuste estrutural no Brasil.

O ajuste estrutural desde os anos 1990 integra um conjunto de proposições e recomendações, de caráter econômico e político-institucional, dos organismos financeiros multilaterais como o Banco Mundial, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre as quais destaca-se: a abertura comercial e financeira da economia para capitais financeiros nacionais e internacionais e grupos vinculados à exportação/importação de bens e serviços; a desregulamentação (flexibilização) do mercado e das relações de trabalho; a liberalização dos mercados e diminuição de poder (político e econômico) do Estado-nação; a retração estatal na área social, com restrição/corte dos gastos públicos para conter o déficit fiscal e gerar superávit primário; a privatização de serviços públicos e estatais e, a desnacionalização de empresas públicas, com transferência para o capital privado transnacional.

Conforme aponta Evilásio Salvador em seu artigo nesta edição: o “[...] NAF está inserido no contexto de ajuste fiscal permanente que marca a economia brasileira, a partir da década 1990. Ao mesmo tempo em que os rentistas das dívidas são beneficiados com a política fiscal e monetária, as políticas sociais sofreram fortes impactos dos instrumentos de ajuste fiscal adotados desde então: desvinculação de recursos destinados obrigatoriamente a áreas como Saúde e Educação [...], Lei de Responsabilidade Fiscal e desonerações tributárias, cujos resultados são contrarreformas previdenciárias e trabalhistas, mercantilização e privatização de políticas sociais, subfinanciamento das políticas sociais, em especial da seguridade social (previdência, assistência social e saúde) (Salvador, 2024, p. 16).

---

\* Assistente social. Doutora em Serviço Social. Professora adjunto do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. (Ufes, Vitória, Brasil). Av. Fernando Ferrari, nº 514, Goiabeiras, Vitória (ES), CEP. 29075-910.  
E-mail: [jeaneandreaferraz@gmail.com](mailto:jeaneandreaferraz@gmail.com).



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

A compreensão dos impactos do NAF nas políticas sociais e na vida da classe trabalhadora brasileira ainda requer estudos/pesquisas das diversas áreas de conhecimento e, particularmente do Serviço Social. Entretanto, observamos a manutenção do tripé das políticas sociais no Brasil pós 1990 como a privatização, descentralização (desconcentração) e focalização; ampliação das parcerias público/privado (prioridade de repasse de recursos para organizações da sociedade civil, fundações); prioridade de programas de transferência de renda em detrimento de serviços e ações contínuas de políticas sociais. Enfim, a continuidade do ajuste fiscal articulado com políticas sociais precárias realizadas também sob condições e relações de trabalho precárias e flexibilizadas.

Assim o objetivo desta edição é debater sobre o NAF, analisando seus rebatimentos na concepção, na gestão e no financiamento das políticas sociais e no próprio Serviço Social, já que a política social é uma mediação fundamental do exercício profissional no âmbito das relações entre as classes e destas com o Estado no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social.

Nesta direção, os artigos apresentados neste primeiro número da Revista Argumentum de 2024, contribuem para o aprofundamento sobre o NAF, fundo público e sobre o debate das políticas sociais na contemporaneidade e sua materialidade no trabalho profissional de diversas áreas e, particularmente do Serviço Social.

Esperamos que tenham uma boa leitura e que nestes tempos possamos fortalecer a nossa perspectiva coletiva seja em nossos estudos/pesquisas, assim como em nossa intervenção na realidade.